



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 18, n. 04, art. 12, p. 206-228, abr. 2021

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2021.18.4.12>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



Trabalho, Gênero e Prostituição: Reflexões Sobre as Dimensões Obscuras do Trabalho de Mulheres Prostitutas

Work, Gender and Prostitution: Reflections on the Dimensions of the Work of Women Prostitutes

Kesia Aparecida teixeira Silva

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras
Professora e Coordenadora de Pesquisa no Curso de Administração da PUC Minas Arcos
E-mail: katsilva@yahoo.com.br

Isabel Cristina da Silva Arantes

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras
Professora do Magistério Superior da Universidade Federal de Itajubá
E-mail: icsilvaarantes@unifei.br

Flávia Cristina Neves Mafra

Graduação em Administração pela Universidade Federal de Lavras
E-mail: mafra@ufla.br

Rafaella Cristina Campos

Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras
E-mail: rafaella_ccampos@hotmail.com

Endereço: Kesia Aparecida teixeira Silva

Universidade Federal de Lavras, Aqueanta Sol, Lavras -
MG, 37200-900, Brasil.

Endereço: Isabel Cristina da Silva Arantes

Universidade Federal de Lavras, Aqueanta Sol, Lavras -
MG, 37200-900, Brasil.

Endereço: Flávia Cristina Neves Mafra

Universidade Federal de Lavras, Aqueanta Sol, Lavras -
MG, 37200-900, Brasil.

Endereço: Rafaella Cristina Campos

Praça Doutor Augusto Silva, número 370, Bairro
Esplanada, Lavras-MG CEP 37200-000. Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 29/03/2021. Última versão
recebida em 07/04/2021. Aprovado em 08/04/2021.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O objetivo deste ensaio teórico é discutir as interfaces entre trabalho, gênero e prostituição, refletindo sobre as dimensões obscuras do trabalho de mulheres prostitutas. Inicialmente, debate-se sobre o trabalho e suas dimensões de positividade e negatividade. Posteriormente, converge-se a discussão para o debate sobre gênero, sexualidade e prostituição, apresentando os dilemas dessa ocupação e categorizando a prostituição como um trabalho não aceito socialmente. Sendo assim, o presente ensaio contribui para a compreensão do trabalho de mulheres prostitutas, demonstrando que se trata de uma profissão periférica que busca se consolidar na sociedade, mesmo diante do preconceito vivenciado em seu exercício.

Palavras Chave: Trabalho. Gênero. Prostituição.

ABSTRACT

The objective of this theoretical essay is to discuss the interfaces between work, gender and prostitution, reflecting on the obscure dimensions of the work of female prostitutes. Initially, it debates about the work and its dimensions of positivity and negativity. Subsequently, the discussion converges on the debate on gender, sexuality and prostitution, presenting the dilemmas of this occupation and categorizing prostitution as a work not accepted socially. Thus, the present essay contributes to the understanding of the work of female prostitutes, demonstrating that it is a peripheral profession that seeks to consolidate in society, even in the face of the prejudice experienced in its exercise.

Key Words: Work. Gender. Prostitution.

1 INTRODUÇÃO

A importância do trabalho para os seres humanos e para a sociedade estimula o seu estudo. Diante de um cenário de constantes transformações, o trabalho passou a ser investigado por diversas áreas do conhecimento, que buscam interpretar e compreender os impactos de sua transformação nas organizações e as consequências deste processo para o trabalhador e para a sociedade (ALBERTON; PICCININI, 2009). Por seu caráter polissêmico, o trabalho congrega uma infinidade de conceituações, atributos e significados.

Destaca-se que o trabalho é considerado o meio pelo qual o homem busca suprir suas necessidades, alcançar seus objetivos e se realizar. Mais que um meio de sobrevivência e acúmulo de riquezas, o trabalho tornou-se uma das principais dimensões da vida humana, interferindo na inserção do homem na sociedade e delimitando os espaços de mobilidade social. É, pois, um elemento constitutivo do indivíduo, que lhe designa caráter, identificação e individualização no contexto em que se insere. De acordo com Diogo e Maheirie (2007), o trabalho é a atividade que define o indivíduo como ser humano social. Este sempre afeta de algum modo a subjetividade do trabalhador, transcendendo a atividade realizada, inscrevendo-se no corpo e na percepção de mundo daquele que o executa.

Antunes (2003, p.167) considera o trabalho “como fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana”, reconhecendo o papel fundamental do trabalho na gênese e no fazer-se do ser social. O trabalho é, para o autor, uma experiência elementar da vida em resposta às necessidades sociais. Ao se referir à centralidade do trabalho, Antunes (2003) ressalta sua importância como principal forma de sobrevivência e manutenção da vida do indivíduo e da sociedade. Ele afirma que os seres humanos se baseiam no trabalho como atividade vital para sua socialização e humanização.

Nessa discussão, Albornoz (1994) salienta que os motivos pelos quais as pessoas trabalham estão no próprio trabalho e não fora dele ou nas consequências que gera. Assim, o trabalho é visto como algo que possibilita o desenvolvimento humano. Mas, será que essa possibilidade se efetiva em todas as categorias de trabalho? No caso das mulheres, por exemplo, as discussões de gênero revelam que o trabalho destinado a elas é muitas vezes um trabalho precário, despersonalizado e desqualificado (NOVO, 2003). Hirata (2009) comenta que a inserção das mulheres no trabalho, muitas vezes ocorre na forma de “inserção excluída”, ou seja, elas são engajadas em funções menos qualificadas e com menor oportunidade de mobilidade ocupacional. Além disso, a autora menciona que os trabalhos

mais precários e menos favorecidos ficam a cargo de mulheres, pois delas são exigidas menos capacidade técnica e menor qualificação, se comparadas aos homens e suas posições hierárquicas.

E quanto ao trabalho de mulheres prostitutas, que historicamente foram marginalizadas da sociedade e na contemporaneidade ainda o são? Como essa categoria de trabalho (mulheres exercendo a prostituição) pode ser enquadrada nas concepções teóricas que tratam o trabalho como elemento de autorrealização, integração social e desenvolvimento humano? Essa não seria uma categoria de trabalho marcada pelo labor, pela tortura e pelo sofrimento?

É necessário esclarecer que o termo prostituição, deriva do latim “prosto”, que quer dizer “estar às vistas, à espera de quem quer chegar ou estar exposto ao olhar público (...) é a prática sexual remunerada habitual e promíscua” (FRANÇA, 1994, p. 145). Sendo assim, a prostituta, para Braga (1982, p. 62), é, essencialmente, “uma mulher que aluga seu corpo para jogos sexuais sem amor”. Assim, a prostituição se caracteriza pela oferta de serviço sexual. A definição deste tipo de trabalho, por seu aspecto comercial, refere-se ao ato de comercializar serviços de natureza sexual como prazer, fantasias, sexo, carícias, dentre outros. De acordo com Maia, Chacham e Lopes (2002), ao contrário do que popularmente se diz, não se trata da venda do corpo. Os profissionais do sexo, incluindo homens e mulheres, atuam no imaginário das pessoas através da oferta de prazeres e práticas sexuais diferenciadas, especiais e incomuns.

Os favores sexuais, principalmente os femininos, podem ser observados no decorrer da história da humanidade. Schreiner *et al.* (2004) mencionam que desde a Grécia Antiga, tem-se relatos da existência da prostituição como uma atividade profissional/laboral que, ao longo do tempo, de maneira mais ou menos intensa, sofreu restrições e foi situada à margem da sociedade. Embora na clandestinidade, o sistema da prostituição é um sistema de trabalho. Segundo Ferreira Filho (2009, p. 15) incidem sobre esta atividade as piores qualificações, “porque é uma atividade das sombras, de um domínio ambíguo e perigoso, sistematicamente usado e explorado, mas ao mesmo tempo evitado, por ser degradante e até criminoso”. No entanto, ao observar suas relações verifica-se que a prostituição se realiza de maneira similar ao modo de organização do trabalho legal, das empresas e das instituições, com suas regras e sua lógica. O autor afirma que as relações entre a prostituição e os demais campos da sociedade “considerados como “dignos”, “honestos”, “legítimos” estabelece, em todo caso, mais que uma proximidade, um vínculo”.

Desta forma, admite-se que a prostituição está consolidada como trabalho, ainda que informal, no atual contexto. No decorrer da história, esta atividade persiste mesmo diante das

dificuldades enfrentadas no exercício da profissão, da ilegalidade e do preconceito vivenciado perante a sociedade. Assim, este ensaio vislumbra discutir as interfaces entre trabalho, gênero e prostituição, refletindo sobre as dimensões obscuras do trabalho de mulheres prostitutas. Demonstrando que se trata de uma profissão periférica que precisa ser mais bem explorada.

Para trazer à baila essa discussão inicialmente debate-se sobre o trabalho e suas dimensões de positividade e negatividade. Posteriormente, converge-se a discussão para o debate sobre gênero, sexualidade e prostituição, apresentando os dilemas dessa ocupação e categorizando a prostituição como um trabalho não aceito socialmente. Sendo assim, o presente ensaio contribui para a compreensão do trabalho de mulheres prostitutas, demonstrando que se trata de uma profissão periférica que busca se consolidar na sociedade, mesmo diante do preconceito vivenciado em seu exercício. Ademais, este ensaio se mostra relevante primeiramente por abordar o trabalho para uma profissão periférica na sociedade, mas que nem por isso deixa de ser uma forma de trabalho, em que relações são estabelecidas, trocas são realizadas e rendas são geradas a partir da oferta de serviço sexual, configurando-se em um importante segmento no atual mercado (SILVA; BLANCHETTE, 2008). Justifica-se também pelo fato de “dar visibilidade” a um grupo marginalizado que historicamente não se constituiu como sujeito ativo na sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O trabalho – dilemas entre a positividade e a negatividade laboral

O trabalho é algo que acompanha o homem desde os primórdios da humanidade. Embora tenha seus significados modificados no decorrer do tempo, o fato é que o trabalho sempre representou parte da identidade das pessoas, interferindo consideravelmente na concepção que fazem de si mesmo e dos outros. O resgate histórico do significado do trabalho demonstra duas perspectivas contrárias. A primeira baseia-se na própria etimologia da palavra “trabalho” que tem sua origem no latim (1) “labor”, referindo-se a dor, sofrimento e esforço; e (2) “tripalium”, instrumento de tortura (GODELIER, 1986). Já a segunda perspectiva diz respeito a uma concepção positiva sobre o trabalho que o relaciona à possibilidade de construção de identidade e de autorrealização.

É importante ressaltar que na antiguidade o trabalho foi considerado castigo, punição, tortura. Tanto que o pensamento cristão, em seu longo percurso, reafirmou o trabalho como martírio, condição necessária para a salvação nos planos celestiais. Por longos anos, a

concepção de trabalho como elemento punitivo e condição básica de sobrevivência vigorou na sociedade e só no final da Idade Média que São Tomaz de Aquino concebe o trabalho como um ato moral, digno de honra e de respeito (ANTUNES, 2004).

A concepção positiva do trabalho vem à tona a partir do Renascimento, relacionando a atividade profissional à possibilidade de construção e de autorrealização. Viegas (1989), fundamentada na concepção positiva, destaca que o trabalho representa a possibilidade de o homem crescer e realizar-se pessoalmente, ou seja, construir-se como ser, como indivíduo. Complementa Freud (1974) que o trabalho é a atividade que proporciona certa direção à vida, noção de realidade, e, também, representa uma possibilidade de vínculos entre as pessoas. É por meio do trabalho que o trabalhador constrói sua identidade na sua relação diária com a própria vida, estabelecendo uma tríplice relação entre identidade-trabalho-relações sociais e afetivas (CODD, *et al.*, 2004).

Partindo desta concepção “positiva” do trabalho, pode-se compreender por que pessoas em situação de não emprego ou desemprego sofrem diante desta condição. O trabalho orienta caminhos a serem seguidos e aproxima as pessoas, logo, quando não trabalha o indivíduo se vê deslocado na sociedade à qual pertence, e por isso, muitas vezes assume trabalhos periféricos e desqualificados.

No que se refere ao desemprego, Enriquez (1999) aponta que a perda do trabalho provoca uma ferida profunda na identidade das pessoas, concorrendo para a desagregação de suas personalidades. Trabalhar não é somente produzir; é também transformar a si mesmo. Siqueira (2009) menciona que, em algumas circunstâncias, o indivíduo se torna totalmente dependente do emprego que possui. Frente ao risco iminente do desemprego, o trabalhador, temeroso, se vê controlado pela organização, sem possibilidades para modificar sua situação.

Em decorrência do aumento mundial do desemprego, os indivíduos passaram a valorizar cada vez mais o fato de possuir um trabalho. Principalmente devido ao fato de a sociedade discriminar pessoas desempregadas, atribuindo a elas desqualificação, incapacidade e até marginalização. Neste sentido, o trabalho passa a ter uma dimensão psicológica na vida do trabalhador, afetando a forma como este percebe o mundo e a si próprio na sociedade.

Por esse e outros tantos motivos que o trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas. Ao se questionar: “se você tivesse bastante dinheiro para viver o resto da sua vida confortavelmente sem trabalhar, o que você faria com relação ao seu trabalho?”, mais de 80% responderam que, ainda assim, trabalhariam (MORIN, 1997). Os motivos para tal resposta estão no fato de que as pessoas se relacionam e interagem por meio do trabalho, sentem-se pertencentes a determinado grupo, têm uma ocupação e passam a ter um objetivo na vida.

Nessa discussão, Antunes (2003) afirma que, para que exista uma vida cheia de sentido fora do trabalho, é necessária uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Complementa Mendes (2007, p. 43) que o sentido do trabalho depende basicamente “da relação entre a subjetividade do trabalhador, do saber fazer e do coletivo do trabalho”. Para esta autora o trabalho estará sempre associado ao binômio prazer-sofrimento, uma vez que pode ser fonte de patologias, adoecimentos, como também de saúde (DEJOURS, 1992).

As vivências de prazer-sofrimento, conforme Mendes e Tamoyo (2001) formatam um único constructo composto por três fatores: valorização e reconhecimento (que definem o prazer e a positividade do trabalho) e o desgaste (que caracteriza o sofrimento e a negatividade). Na concepção dos referidos autores, o prazer é vivenciado quando são experimentados sentimentos de valorização e reconhecimento, ao passo que o sofrimento emerge quando se vivencia o cansaço, o desânimo e o descontentamento com o trabalho.

Ressalta-se que o prazer é um dos objetivos que se busca atingir ao trabalhar. E este prazer resulta de um trabalho livre, produtivo e gerador de vantagens, valorização e reconhecimento. E, sob a dimensão do prazer, a atividade laboral confere sentido à vida. Todavia, conforme Dejours (2004), o trabalho representa uma forma de relação social que se desdobra em um mundo caracterizado por relações de desigualdade, de poder e de dominação: “trabalhar é engajar sua subjetividade num mundo hierarquizado, ordenado e coercitivo, perpassado pela luta para a dominação”. Nessa dimensão está explícita a negatividade do trabalho que acarreta sofrimento, desprazer e adoecimentos nos trabalhadores e em termos sociais ela provoca exclusão e marginalização.

Dejours (2004) ainda esclarece que a forma pela qual a atividade laboral está organizada na atualidade choca-se diretamente com a vida mental e com a esfera das realizações, das motivações e dos desejos do indivíduo, levando-o à perda do sentido na realização das tarefas e conduzindo-o ao sofrimento. Destarte, além de ser a principal fonte de sobrevivência para as pessoas, o trabalho é visto também como forma de ser aceito no meio social, interagir com outras pessoas, tornar-se membro de um grupo e se realizar enquanto ser humano. No entanto observa-se que o trabalho pode ser considerado motivo de preconceito para algumas pessoas em decorrência de sua natureza, de seu gênero, raça, etnia. Assim, o trabalho é ao mesmo tempo labor e realização, castigo e prestígio social, integração e exclusão, prazer e sofrimento, positividade e negatividade. E tais dualidades estão presentes em todas as categorias de trabalhadores, até mesmo no ramo da prostituição, configurando relações discriminatórias de gênero.

2.2 Gênero, sexualidade e prostituição – da antiguidade aos dias atuais

Muito vem se discutindo sobre as relações trabalho e gênero no âmbito organizacional e na academia, haja vista que essa é uma temática que vem ganhando relevância significativa nos últimos anos. No campo dos estudos organizacionais, as pesquisas de gênero se fazem notáveis a partir de 1990, em função do número crescente de artigos sobre essa temática, publicados em revistas e congressos acadêmicos, e também pelo forte apelo social em respeito à diversidade e direito de igualdade no campo organizacional, mais especificamente nas relações de trabalho. Outro ponto que favoreceu essa discussão, conforme destacado por Aranguren (1991), foram os movimentos sociais e os fortes apelos da sociedade para uma mudança de paradigma na concepção da mulher. Cumpre atentar que a partir do século XX, os movimentos feministas ganham maior visibilidade e as mulheres iniciam uma longa caminhada rumo ao alcance de igualdade nas relações que se estabelecem na sociedade como, por exemplo, as relações de trabalho.

Por isso, as interfaces entre trabalho, gênero e prostituição podem ser vistas como um espaço profícuo para se pensar as desigualdades e assimetrias nas relações de trabalho que tanto afetam a vida social, os sentidos e os significados de cada categoria profissional. Desde os primórdios, que as relações de trabalho têm sido estabelecidas sobre as bases da discriminação social e de gênero. Na antiguidade, o trabalho enquanto elemento de tortura (labor) era voltado aos homens e às mulheres cabiam os cuidados com o ambiente doméstico. Só muito tardiamente que elas adentraram-se no mundo do trabalho. A elas cabiam a arte de servir, preparar artesanato típico e fornecer sexo aos homens (FIGUEIREDO, 2001), além das obrigações e afazeres domésticos, que envolviam assumir as tarefas do casamento, da maternidade e da educação dos filhos.

Porquanto, ao longo da história as relações de gênero foram marcadas por contextos de exploração e de dominação entre homens e mulheres, destacando a supremacia do primeiro sobre o segundo (NOVO, 2003; ARANGUREN, 1991; SAFFIOTI, 2004). Essa relação se deve, em grande medida, aos postulados da sociedade patriarcal, que desde sua implantação, privilegiou interesses masculinos em detrimentos dos femininos, constituindo, assim, um sistema de rejeição às mulheres enquanto classe e sujeito social. Sobre a cultura patriarcal é importante destacar que preexistia a convicção de que as mulheres eram seres frágeis, irracionais, mas indispensáveis ao prazer dos homens e insubstituíveis no processo de reprodução (NOVO, 2003). Entretanto, a categoria das prostitutas é uma exceção, pois desde os tempos mais remotos elas utilizam da sexualidade e do corpo.

Não há como falar de prostituição sem tocar na questão do corpo. Ao dizer corpo, pretende-se aqui se referir a isso que possuímos e que nos proporciona infinitas possibilidades. Conforme relata Perrot (2007, p. 62) “não o corpo imóvel, com suas propriedades eternas, mas o corpo na história, em confronto com as mudanças do tempo”. A prostituta tem no corpo o seu trabalho. Um corpo que foi por muito tempo negado às mulheres.

O corpo remete à sexualidade, entendida neste contexto como uma categoria que se refere às características humanas e não somente ao órgão sexual feminino e masculino e seu funcionamento. “Inclui todas as dimensões de uma pessoa, como o biológico, o psicológico, o social, o emocional, o cultural e o espiritual” (TRINDADE; FERREIRA, 2008, p. 418). A sexualidade transcende a biologia das estruturas corporais e dos processos fisiológicos que materializam e objetivam o sexo a partir do determinismo biológico de ter nascido homem ou mulher.

Compreende-se a questão da negação da sexualidade feminina com Freud (1905) que ao comparar homem e mulher, apresenta a mulher como um ser “a-menos”, estigmatizada pela ausência do pênis, como se fosse portadora de uma sexualidade inferior. E este estigma marcou a visão freudiana da mulher, a qual se conservou ligada a uma tradição que considerava a mulher como um “homem mutilado” (ZEFERINO, 2002) e, portanto, incapaz de viver sua sexualidade. Perrot (2007 p. 63) comenta o posicionamento de Freud perante a sexualidade feminina. Segundo a autora ele faz da “inveja do pênis” a obsessão da mulher. A anatomia feminina torna a mulher “um ser em concavidade, esburacado, marcado para a possessão, para a passividade”. Por causa de sua genitália, a mulher é tida como inferior, sendo até meados do século XVIII considerada apenas um receptáculo pronto para receber o esperma, que seria o único responsável por gerar filhos. Somente no início do século XIX é que se descobre a ovulação e sua importância no processo reprodutivo. A autora afirma que a mulher passou a ser confundida com seu sexo e se reduziu a ele, marcando seu lugar na família e na sociedade.

Ao longo da história, criou-se a ideia de que a mulher necessitava de cuidado e proteção. Araujo (2001) relata que no Brasil colônia as mulheres eram submetidas à vigilância constante da família, da sociedade e, principalmente da igreja. Perrot (2007, p. 59) corrobora e afirma que o sexo das mulheres precisava ser protegido, fechado e possuído. Neste sentido o hímen e a virgindade sustentam essa ideia. “Ao esposo é dado o direito, na noite de núpcias, de se apoderar de sua mulher, torná-la sua posse. O cristianismo torna a castidade e o celibato um estado superior”.

Del Priore (2006) discute essa questão da proteção dada à mulher e relata que a ação da igreja atuava principalmente na organização familiar e no controle da sexualidade. A igreja se apoderou da mentalidade patriarcal e enfatizou as relações de dominação entre os sexos, condenando a esposa a se tornar “uma escrava doméstica exemplarmente obediente e submissa”. A mulher existia para cuidar dos afazeres da casa e servir ao esposo com seu sexo. Araújo (2001) mostra uma igreja poderosa, exercendo forte pressão para adestrar a sexualidade feminina. O terrível mito do Éden era lembrado constantemente às mulheres.

Vale dizer que, desde a antiguidade, ser mulher era sinônimo de pecado, como advoga Várzea (2003). Conforme a autora a sociedade construiu teorias e regras que colocavam a mulher em posições subalternas. Quando importado para a época cristã, redundou na premissa de que a mulher era um ser acidental e falho, e, portanto, jamais poderia ser semelhante a Deus. Mulher boa era mulher de família, sabia bordar, agradar, parir. Rago (2004) complementa que elas eram excluídas do direito ao corpo e ao prazer sexual e sujeitas a preconceitos e tabus acerca da sexualidade, ou eram prostitutas ou santas.

Nesse ínterim, Perrot (2007, p. 65) menciona que a sexualidade feminina era considerada um mistério e por isso atemorizava. Na época essa sexualidade era vista por dois pólos: a avidez e a frigidez. Segundo a autora ao considerar a mulher ávida por sexo, esta passa a ser considerada “um poço sem fundo, onde o homem se esgota, perde suas forças e sua vida beira a impotência”. Kierkegaard citado por Perrot (2007, p. 65) afirma que “a mulher inspira o homem enquanto ele não a possui”. Para a autora essa posse o aniquila. Desta forma a sexualidade da mulher que não pode jamais ser satisfeita amedronta o homem.

Araújo (2001) comenta que o fato de as mulheres poderem opinar e reconhecer a potencialidade sexual dos homens trazia certo temor. As mulheres insaciáveis deixavam os homens inseguros quanto à sua masculinidade. E observa-se que as mulheres faziam comparações. Na época do colonialismo brasileiro era comum as senhoras se visitarem. Essas visitas que recebiam de suas vizinhas ou de seus parentes era tempo suficiente para se comentar o desempenho sexual masculino na noite passada. Essas reuniões femininas eram, portanto, vistas como uma ameaça aos dotes masculinos.

Por isso que Del Priore (2006), ao discutir sobre o sexo no casamento, menciona que nessa época, o ideal era aderir ao discurso da igreja e dos manuais de casamento sobre as práticas conjugais. O desejo feminino era visto como algo que desequilibrava o matrimônio e a beleza física era temida por associar a mulher a um instrumento do pecado.

Em relação à frigidez feminina, Perrot (2007) relata que se trata do pressuposto de que as mulheres não sentem prazer, não desejam o ato sexual, não gostam do sexo. Daí surge a

ideia de que o homem precisa buscar prazer em outro lugar: amantes e prostitutas são então encarregadas de sanar essa necessidade masculina.

Justamente por temer a sexualidade feminina e pouco conhecer sobre ela, “os homens sonham, desejam e imaginam o sexo das mulheres”. É fonte do erotismo, da pornografia, do sadomasoquismo” (PERROT, 2007, p. 66). O prazer feminino é intolerável. Mulheres ávidas por sexo são consideradas perigosas, maléficas, semelhantes a feiticeiras.

O sexo consentido e até exigido (procriação) é aquele que acontece após o matrimônio. Del Priore (2006) relata a importância do casamento para as mulheres. Trata-se daquilo que elas tinham como mais precioso. Os pais buscavam casar suas filhas muito cedo, com 12 anos já podiam se casar. O casamento era visto como um negócio. O amor era totalmente dispensável ao se buscar um esposo. Tanto que as adolescentes se casavam quase sempre com homens mais velhos, por quem não alimentavam nenhum sentimento. A autora ressalta que isso fez com que, no casamento, esse amor também não existisse. Principalmente o “amor-paixão” que se refere ao desejo sexual dos cônjuges. Nas palavras dela, “a mulher seria, portanto, provedora e recebedora de um amor que não inspirasse senão a ordem familiar”.

Figueiredo (2001) aponta que o casamento aparece como o lugar da concupiscência, onde o desejo e a carne poderiam viver devidamente domesticados pela finalidade única de propagação da espécie. No matrimônio os casais viveriam relações de obrigação recíproca de uma sexualidade disciplinada sob a vigilância dos padres e da ordem cristã.

A história parece acompanhar as ideias de Freud ao tratar as mulheres como seres castrados e, portanto incapazes e podadas no direito de vivenciar sua sexualidade. Nas palavras de Perrot (2007, p. 76):

Corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade. Corpo comprado também (...). A gama de violências exercidas sobre as mulheres é ao mesmo tempo variada e repetitiva. O que muda é o olhar lançado sobre elas, o limiar de tolerância da sociedade e o das mulheres, a história de sua queixa.

Perrot (2007) afirma que diante dessas condições de dominação e submissão, o direito de vender seu sexo aparece como um progresso, quando se analisa somente a remuneração por um serviço sexual. A autora ressalta que a prostituição é motivada, na maioria dos casos, pela miséria, pela solidão e é também acompanhada de uma exploração do corpo e do sexo das mulheres.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Contextualizando a prostituição

A prostituição é vista como uma prática onde se oferece sexo em troca de dinheiro, sendo a prostituta aquela que vive a partir da prostituição. Costa, Silva e Nascimento (2009) referem-se à prostituição como a prática de comercializar serviços de natureza sexual como prazer, fantasias, sexo, carícias, etc. Gaspar (1984) apresenta a prostituta como sendo aquela que vende serviços sexuais em troca de uma quantia em dinheiro anteriormente combinada. Para Moreira e Monteiro (2009) a prostituta é aquela que oferece satisfação sexual em troca de remuneração.

A prostituição feminina é uma prática que acompanha a história da humanidade de tal modo que nenhuma civilização escapou da sua convivência. Existem relatos bíblicos sobre a prostituição de Maria Madalena, e no decorrer da história pode-se observar sua presença na sociedade. Na Antiguidade, porém, as prostitutas eram figuras nobres na sociedade. Roberts (1998) relata que no período da pré-história, a mulher era associada à Grande Deusa, criadora da força da vida, e estava no centro das atividades sociais. Com tal poder, ela controlava sua sexualidade. Segundo a autora por volta de 3.000 a.C., ao verificar a maneira como bovinos se reproduziam as tribos nômades tomaram consciência do papel masculino na reprodução. Diante disso, as sociedades matriarcais da deusa começaram então a ser subjugadas. Novas formas de casamento foram introduzidas, especificamente destinadas a controlar a sexualidade das mulheres.

Roberts (1998) relata que nas metrópoles a grande deusa continuou a ter sua importância. As sacerdotisas da deusa participavam de rituais sexuais religiosos. Nesses rituais as pessoas buscavam ser abençoadas e por isso as sacerdotisas possuíam certo *status* na sociedade da época. Para a autora, essas deusas se constituem como as primeiras prostitutas da História e foi por volta de 2.000 a. C. que as mulheres também foram classificadas como prostitutas. Daí começou a diferenciação moral entre as esposas, consideradas seres morais e as prostitutas, imorais. As prostitutas tornaram-se então pecadoras e os rituais sexuais não foram mais aceitos

De acordo com Rossiaud (1991) o Renascimento marca um momento de grande rejeição à prostituição. A sociedade passou a valorizar a mulher e o casamento passou a ter importância notável. O autor explica que a mulher começou a participar mais na sociedade, até mesmo porque a constituição da família tornou-se essencial. Já na modernidade observa-se

a busca de autonomia, por parte das mulheres, e isso vai influenciar a prostituição. Os movimentos feministas influenciaram nesse sentido, por buscar direitos até então negados às mulheres. Dentre eles o direito de vivenciar o sexo como um ser biológico que dele necessita tal como os homens, abandonando a antiga noção da mulher submissa, inclusive no que se refere à sexualidade. A partir disso as prostitutas vão iniciar sua organização.

Oliveira (2008) relata um importante marco para a prostituição, o dia 02 de junho de 1975, que consagrou o início da organização política da categoria, quando 150 prostitutas ocuparam a igreja de Saint-Nizier, em Lyon, na França e protestavam contra multas, prisões e até assassinatos que ocorreram e que nem chegaram a ser investigados. Cerca de 200 prostitutas percorreram as ruas em carros, distribuindo filipetas com denúncias de que eram vítimas de perseguição policial, o que as impedia de trabalhar. No Brasil, acredita-se que a prostituição tenha iniciado com as escravas da corte que prestavam, além dos serviços domésticos, também serviços sexuais tanto para os seus senhores quanto para os demais homens da corte. Porém, foi em 1930 que a prostituição atingiu seu auge no Brasil, tendo sua maior representatividade, naquela época, no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2008).

Conforme relata Leite (2009), o movimento associativo de prostitutas no Brasil foi marcado pelo I Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987, quando se criou a Rede Brasileira de Prostitutas, que luta pelo reconhecimento legal da profissão.

Posteriormente, em 1992 foi criada a “ONG Davida” no Rio de Janeiro, que tem como uma de suas representantes Gabriela Leite, reconhecida por sua luta em prol da causa das prostitutas. A partir daí, outras associações de profissionais do sexo foram constituídas em diversos estados. Das ações da ONG Davida surgiu a DASPU, uma grife que cria e produz a moda das prostitutas, roupas e acessórios característicos da categoria. Tanto a Davida como a DASPU ganharam visibilidade na mídia e conseguiram mostrar à sociedade um pouco do, até então desconhecido, mundo da prostituição.

3.2 Prostituição: o trabalho não aceito socialmente

Silva e Blanchette (2008) relatam que a prostituição no Brasil pode ser compreendida por dois eixos tradicionais. O primeiro entende que se trata de um fenômeno semicriminoso. Nesse sentido. A prostituição é vista como uma questão de ordem pública, trazendo à cena as autoridades instituídas do Estado que têm como dever fiscalizar a prostituição, sendo a polícia e os médicos chamados a desempenharem esse papel, como veremos nos subcapítulos abaixo.

Já o segundo eixo aborda a prostituição a partir de valores morais. De acordo com Silva e Blanchette (2008, p. 02) as diversas igrejas do Brasil concebem a prostituta como pecadora, enquanto outros agentes morais não religiosos a situam como mulher vulnerável e até escravizada. Uma categoria de trabalho que não conduz à salvação, conforme a concepção religiosa, mas que conduz ao pecado e à condenação eterna. Vale dizer que “se os religiosos conservadores entendem a prostituta como uma vagabunda que precisa ser controlada ou reformada os seculares tendem a percebê-la como “uma fodida” que precisa ser salva”. Segundo os autores, ambas as visões têm em comum o fato de condenar moralmente a prostituição, tida então como uma atividade essencialmente degradante que há de ser combatida.

Dentre os motivos que levam ao combate da prostituição por parte da sociedade está o fato de serem consideradas propagadoras das DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis). De acordo com Moura *et al.* (2010), as prostitutas estão sujeitas a um maior risco de contrair uma DSTs, por atenderem diariamente diversos clientes, com históricos sexuais desconhecidos. Elas integram um grupo que necessita de uma educação sexual elucidativa com o objetivo de abordar a prevenção para uma prática sexual segura. Nos estudos sobre prostituição, principalmente aqueles ligados à área de saúde, observa-se um volume alto de trabalhos que abordam a prostituição e as doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas a Aids. Essa relação justifica, em partes, a discriminação sofrida pela sociedade, que atribuiu às prostitutas a propagação do HIV e de outras doenças, tornando-as um problema de saúde pública. Nesse ínterim, o trabalho das mulheres prostitutas remete a aspectos de negatividade, pois além de ser marginalizado e excluído, o resultado do labor pode acarretar sofrimento, patologias e ainda doenças sexualmente transmissíveis.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que ocorram, no mundo, cerca de 340 milhões de casos de DSTs por ano (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012). Prova disso é que os dados epidemiológicos do Ministério da Saúde (2012) revelam que a Aids está cada vez mais presente na vida das mulheres. Neste sentido, observa-se que as prostitutas estão ainda mais vulneráveis, uma vez que o sexo faz parte do cotidiano delas, como sua profissão.

De acordo com Roberts (1998) o surgimento da epidemia de HIV/Aids, no final do século passado, fez com que as prostitutas voltassem ao centro das preocupações da área de saúde. A percepção inicial da epidemia, profundamente transformada ao longo dos anos, repercutiu sobre a prostituição, provocando o recrudescimento da discriminação e do preconceito, e, ao mesmo tempo, oportunizando a organização política do segmento. Guimarães e Mércan-Hamann (2005) relatam que não existiam fatos concretos que

comprovassem a influência das prostitutas na difusão do vírus do HIV. Ainda assim, o Estado repreendeu as práticas de prostituição, apoiado pelas autoridades de saúde com o reforço de instituições policiais.

Com o aumento da fiscalização por parte dos órgãos do governo e do desrespeito por parte da polícia, que muitas vezes espancava, prendia e até desaparecia com prostitutas (LEITE, 2009), e diante do aumento gradativo dos casos de Aids, as prostitutas se viram obrigadas a manifestar contra essa situação que as ameaçava. Foi nesse momento que a luta pela legalização da prostituição como profissão ganhou força maior. Cumpre atentar que, no Brasil, a prostituição não é considerada um crime. Conforme explica Pasini (2005) o ato de prostituir-se não é crime, entretanto, todo o mercado no entorno da prostituta é considerado uma contravenção, ou seja, proprietários de locais onde ocorre a prostituição, cafetões e cafetinas, enfim, qualquer pessoa que utilize o trabalho da prostituta para obter renda está sujeita a responder por ato criminoso.

Desta forma, pode-se questionar então, a existência de tantos estabelecimentos comerciais ligados à prostituição que funcionam no país. Pasini (2005) pesquisou a Vila Mimosa, importante reduto carioca que possui muitos estabelecimentos onde ocorre prostituição. Segundo ela esses locais são legalizados como comércios, bares, restaurantes, perante os órgãos competentes, no entanto, nada se menciona a respeito da prostituição que lá ocorre. Assim, a prática da prostituição permanece na clandestinidade. Leite (2009) relata que os órgãos fiscalizadores na maioria das vezes fingem não saber o que acontece realmente nestes locais, permitindo que permaneçam abertos.

Diante da ilegalidade, as prostitutas enfrentam desafios para realizar seu trabalho, pois dependem dos estabelecimentos para conseguir clientes e para realizar a atividade. Tentativas de controle da prostituição foram realizadas

no passado, variando entre o controle exercido pela instituição religiosa, passando pela proibição expressa em códigos civis e chegando aos dias atuais no Brasil, mesmo que ainda rodeada de preconceitos e estigmas, e a demanda pela sua legalização, como atividade profissional.

Após a criação da Rede Brasileira de Prostituição, o movimento para a legalização da profissão se intensificou. As prostitutas desde então debatem questões próximas ao seu campo de atuação e da atividade mesma da prostituição, como o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, e a exploração sexual de crianças e adolescentes – muitas vezes referida como “prostituição infantil” ou “infanto-juvenil” (RODRIGUES, 2009).

Na década de 1970 começaram a surgir organizações integradas por prostitutas que reivindicavam não só os direitos sociais de cidadania, mas o reconhecimento da prostituição, “como um trabalho igual a outro qualquer” que acarreta direitos e deveres. De acordo com Alvarez e Rodrigues (2001) no Brasil, as políticas públicas voltadas à prostituição começaram a mudar a partir da década de 1990, inaugurando um período de incorporação de novos elementos, perspectivas e sujeitos no debate sobre a prostituição e os direitos das pessoas que exerciam a atividade.

De acordo com Rodrigues (2009) a perspectiva desses movimentos é colocar a discussão da prostituição no campo da cidadania – enfatizando-se em especial, a questão da atividade referir-se a direitos sexuais e trabalhistas, e não a uma questão criminal e penal. Neste sentido, um passo já foi dado: a aprovação, em 2000, da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) incluindo a profissional do sexo como uma ocupação. Segundo Barreto citado por Rodrigues (2009) o novo CBO reconhece a “profissional do sexo” como uma trabalhadora e inovou ante o modelo tradicionalmente adotado no país para o enfrentamento da questão da prostituição. A inclusão agradou ao movimento de prostitutas que pedia a retirada de tudo o que diz respeito à prostituição do Código Penal, tratando as questões relacionadas à atividade, na esfera da legislação trabalhista.

Na CBO a ocupação de “profissional do sexo” pertence à família dos prestadores de serviço, descrita com o número 5198-05, sob o título de “Garota de programa”, “Garoto de programa”, “Meretriz”, “Messalina”, “Michê”, “Mulher da vida”, “Prostituta” e “Trabalhador do sexo”. A descrição sumária da atividade explicita que os profissionais do sexo: “buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão”. Em relação às características de trabalho, o CBO estabelece as condições gerais de exercício, que prevê que esses profissionais “Trabalham por conta própria, em locais diversos e horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostos a intempéries e à discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST’s, e maus-tratos, violência de rua e morte”, dimensão obscura da profissão. A formação e experiência exigida para atuar nesta ocupação requerem “que os trabalhadores participem de oficinas sobre sexo seguro, o acesso à profissão é restrito aos maiores de dezoito anos; a escolaridade média está na faixa de quarta a sétima séries do ensino fundamental” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2012).

A inclusão no CBO colaborou para o movimento por reconhecer a prostituição como profissão, mas não resolveu o problema da ilegalidade, nem tampouco deu subsídios a essas

profissionais para enfrentarem a questão do preconceito atribuído pela sociedade diante do trabalho por elas realizado.

Como ressaltado a prostituição enfrenta sérias dificuldades para se legitimar e ser aceita como um trabalho na sociedade. Trata-se de um processo histórico que tem início com o não reconhecimento da mulher como detentora do direito de possuir e viver sua sexualidade. Desta forma, aquelas que optam por trabalhar diretamente com o sexo e sobreviver a partir dessa atividade são consideradas imorais e desavergonhadas.

Com o passar dos anos, a mulher conseguiu se desprender de certas amarras que a continham e impediam de se impor como ser autônomo em relação à sua sexualidade. A sociedade hoje tem se tornado mais tolerante no que se refere ao sexo para as mulheres. No entanto, ainda prevalece a concepção de que este sexo não pode ser desmedido e nem tampouco utilizado para fins de trabalho. Isso põe em questão as prostitutas, que têm no sexo o seu trabalho, tornando seu cotidiano repleto de estigmas e preconceitos.

Desta forma se pode questionar os motivos pelos quais, ainda que diante das dificuldades vivenciadas, essas mulheres decidem ser prostitutas. Os motivos que as levam a entrar para a prostituição na maioria dos casos apontam para questões relacionadas a uma vida de dificuldades, miséria, insatisfação e desemprego. Elas enxergam na prostituição inicialmente, a possibilidade de conseguir renda para sobreviver. Com o passar do tempo, porém, a prostituição torna possível o consumo de várias coisas às quais antes elas não tinham acesso. E assim passam a ver esta atividade como uma forma de obter renda que jamais obteriam em outras atividades nas quais teriam condições de atuar (OLIVEIRA, 2008; LOPES; RABELO; PIMENTA, 2007; MOREIRA; MONTEIRO, 2009; BARRETO; PRADO, 2010; COSTA; SILVA; NASCIMENTO, 2009).

O estudo de Lopes, Rabelo e Pimenta (2007, p. 72), realizado com prostitutas de Gioânia, demonstra que para elas “os fins justificam os meios, já que, através do dinheiro ganho na prostituição, é possível adquirir respeito, amigos, família e tudo mais que necessitam para viver dignamente”. A prostituição é vista como a possibilidade de consumir tudo aquilo que desejam e não conseguiriam caso atuassem em outra atividade. Tem-se a ideia de que essas mulheres tornaram-se prostitutas e assim permaneceram por falta de oportunidade. De acordo com Pinho (2006, p. 113) observa-se que somente esse fato não é suficiente para explicar a permanência na prostituição.

“O fascínio diante das possibilidades amplas de consumo é, para algumas mulheres, um dos fatores para permanência na prostituição. Ao lado dos clientes ou com o dinheiro obtido com os programas, essas mulheres podem conhecer e consumir

grandes griffes da gastronomia, da moda, além de terem acesso a bens culturais que não conheceriam sem o intermédio dos clientes”.

O fato de possuir renda suficiente para consumir aquilo que têm necessidade faz com que essas mulheres continuem na prostituição, tendo em vista que, dado o nível de escolaridade dessas profissionais, a inexperiência em outras atividades e o próprio estigma que carregam por já terem atuado como prostitutas torna-se difícil conseguirem outro trabalho que lhes proporcione a mesma renda. Assim, o trabalho para as prostitutas volta-se para a questão da sobrevivência, delas e de seus familiares (trabalho enquanto labor, castigo, punição, necessidade básica) e da possibilidade de consumo que a renda advinda da profissão proporciona (possibilidade de prazer e realização). Seduzidas pelos preços dos programas e pelos rendimentos recebidos pelos serviços, as prostitutas permanecem nesta atividade, ainda que enfrentando preconceito e discriminação por parte da sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção neste ensaio foi discutir as interfaces entre trabalho, gênero e prostituição, refletindo sobre as dimensões obscuras do trabalho de mulheres prostitutas. Para tanto, iniciamos argumentando que o trabalho representa uma importante dimensão na vida humana, afetando consideravelmente a subjetividade do trabalhador. Posteriormente discutimos a questão da sexualidade feminina e a forma com que sua constituição afetou a concepção construída em relação às mulheres no decorrer da história. Assim, foi possível contextualizar a prostituição e apresentar questões referentes a essa profissão que influenciam o sentido que as prostitutas atribuem ao seu trabalho.

Conforme salientado, o trabalho passou a ser considerado como fonte de realização pessoal, ou seja, o trabalhador tem em sua atividade a possibilidade de se sentir incluído, reconhecido e pertencente a um meio social. No que se refere a este reconhecimento, observa-se, no entanto, que algumas atividades são desvalorizadas e estigmatizadas na sociedade. Dentre elas, encontra-se a prostituição. No que se refere especificamente ao trabalho das prostitutas, notou-se que se trata de uma atividade considerada imoral pela sociedade e daí advém o preconceito e a discriminação atribuídos às prostitutas.

Tal preconceito é reflexo de questões ligadas ao gênero feminino que dizem respeito à forma com que a sexualidade das mulheres foi tratada no decorrer da história. Não sei nem se podemos dizer que foi tratada, pois na realidade a sexualidade feminina foi negada por longo período de tempo. Compreender essas questões foi essencial para que pudéssemos avançar na

discussão da não aceitação da prostituição. Ora, as prostitutas atuam com o seu próprio corpo e têm no sexo o seu trabalho. Uma sociedade que chegou a negar a sexualidade às mulheres não vai de repente aceitar mulheres que têm em sua sexualidade, seu trabalho. Desta forma, a prostituição aparece como um submundo, do qual pouco se sabe, e mostrar um pouco deste mundo pareceu uma maneira de dar visibilidade a uma das muitas vozes silenciadas na sociedade.

Embora enfrentem várias dificuldades no exercício da profissão, dentre eles o preconceito e a ilegalidade, observa-se que o trabalho não deixa de ter um sentido para essas profissionais. Elas são conscientes da não aceitação pela sociedade, mas direcionam seu sentido para outras questões, dentre elas a sobrevivência própria e dos familiares e a possibilidade de consumir aquilo que desejam.

Acredita-se que muito ainda se tenha a desvendar sobre a prostituição. Pesquisas empíricas poderão nos revelar as nuances desta atividade, buscando compreender as dimensões de sentidos existentes nesta profissão. Outro importante ponto a ser estudado diz respeito ao mercado da prostituição no Brasil, sua dinâmica e desenvolvimento enquanto estabelecimento comercial que gera renda e movimentação a economia informal.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, D. M.; PICCININI, V. C. O sentido do trabalho em agências de publicidade. In: ENANPAD – Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, XXXIII, 2009, São Paulo (**Anais...**) XXXIII ENANPAD, São Paulo, 2009.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

ALVAREZ, G; RODRIGUES, M. T. Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área da saúde (HIV/Aids). **Revista de Ciências Sociais**, v. 32, n. ½, p. 53-68, 2001.

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª reimp. São Paulo-SP: Boitempo editorial, 2003.

ARANGUREN, M. N. Mirada Nueva – Problemas Viejos. In: **Mujeres y Sociedad**: Nuevos Enfoques Teóricos y metodológicos. (org. Lola. G. Luna). Primeira Edição; Promociones e Publicaciones Universitarias, S.A. Barcelona, 1991.

ARAUJO, E. **A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia**. Disponível em <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/>. Acesso em 17/04/2012.

ASSIS, D. T. F.; MACEDO, K. B. Psicodinâmica do trabalho dos músicos de uma banda de blues. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 20, p. 117-124, 2008.

BRAGA, J. M. F. Prostituição e moral: evangelização libertadora versus pecado social. In: ÂNGELO, A. *et al.* **A prostituição em debate**. São Paulo: Paulinas, 1982.

BURR, V. *Gender and social psychology*. London: Routledge, 1995.

CODO, W *et al.* **O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho**. Petropolis, RJ: Vozes, 2004.

COSTA, D. B.; SILVA, E. F.; NASCIMENTO, J. U. **O trabalho das profissionais do sexo em Campina Grande: a batalha da vida**. Disponível em http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/141.%20o%20trabalho%20das%20profissionais%20do%20sexo%20em%20campina%20grande.pdf. Acesso em 24/03/2012.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Trad. Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, v. 14, n. 3, p. 27- 34, 2004.

DEL PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

DIOGO, M. F.; MAHEIRIE, K. **Alguns sentidos atribuídos ao trabalho doméstico por serventes de limpeza**. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v11n2/a09v11n2.pdf>. Acesso em 10/04/2012.

ENRIQUEZ, E. Perda do trabalho, Perda da Identidade. In.: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. (orgs.). **Relações de Trabalho Contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT da PUC de MG, 1999.

FERREIRA FILHO, B. R. **Zona de batalha: os sentidos da prostituição**. Disponível em www.profiscientia.ifmt.edu.br/index.php?option=com. Acesso em 25/03/2012.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: **História das Mulheres no Brasil**. (Org.) DEL Priore, M. Ed. Contexto e Editora Fundação UNESP. São Paulo, 2001.

FRANÇA, G.V. Prostituição: um enfoque político-social. **Femina**, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 145-148, fev. 1994.

FREUD, S. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental [1911]. In: **Edição standard brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1974.

GODELIER, M. Trabalho. In: **Modo de produção, desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v.7, 1986.

GUIMARÃES, K; HAMANN, E. M. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição de lemas da profissão e a construção da cidadania. **Revista Estudos Feministas**, v.13, p. 525-544, 2005.

HIRATA, H. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho**. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. p. 24-41. 2009.

LEITE, G. **Filha, Mãe, Avó e Puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MAIA, M. B.; CHACHAM, A. S.; LOPES, A. F. C. Profissionais do sexo e saúde. **Jornal da Rede Feminista de Saúde**, n. 25, p. 13-17, 2002.

MENDES, A. M. B. **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método, pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, A. M.; TAMAYO, A. Valores organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho. **Psico – USF**, v. 6, n. 1, p. 39-46, jan./jun., 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim Epidemiológico Aids DST. Disponível em http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2011/50652/boletim_aids_2011_preliminar3_pdf_20265.pdf. Acesso em 18/04/2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>, Acesso em 15/04/2012.

MOREIRA, I. C. C. C; MONTEIRO, C. F. S. Vivência da entrevista fenomenológica com prostitutas: relato de experiência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 62, p. 789-792, 2009.

MORIN, E. Le sens du travail pour des gestionnaires francophones. **Revue Psychologie du Travail e des Organizations**, v.3, p.26-45, 1997.

MORIN, E. Os sentidos do trabalho. **RAE – Revista de Administração de Empresas**.v. 41, n. 3, p.8-19, jul./set., 2001.

MORIN, E.; TONELLI. M. J.; PLIOPAS, A. L. V. O trabalho e seus sentidos. **Psicologia & Sociedade**; v. 19, Edição Especial 1: 47-56, 2007.

MOURA, A. D. A *et al.* comportamento de prostitutas em tempos de Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis: como estão se prevenindo? **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 19, p. 545-553, 2010.

NOVO, M. La mujer como sujeto, ¿utopia o realidad? **Revista Polis**, vol. 2, n.6, 2003.

OLIVEIRA, M. Q. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte**: o trabalho da vida nada fácil. 2008. 179 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Universidade Federal de Minas Gerais – MG.

PASINI, E. Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa. **Cadernos Pagu**, v. 25, p. 185-216, 2005.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

RODRIGUES, M. T. **A prostituição no Brasil contemporâneo**: um trabalho como outro qualquer? *Revista Kátalysis*, v. 12, n. 1, p. 68-76, 2009.

ROSSIAUD, J. **A Prostituição na Idade Média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e patriarcado – violência contra mulheres. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p.43-59, 2004.

SCHREINER, L. *et al.* Prevalência de sintomas depressivos em uma amostra de prostitutas de Porto Alegre. **Revista de Psiquiatria**, v. 26, p. 13-20, 2004.

SILVA, A. P; BLANCHETTE, T.G. “**Amor um real por minuto**”. Artigo apresentado no Diálogo Latino-Americano sobre Sexualidade e Geopolítica (2008). Disponível em <http://www.sxpolitics.org/pt/wpcontent/uploads/2009/10/sexualidade-e-economia-thaddeus-blanchette-e-ana-paula-da-silva.pdf>. Acesso em 20/03/2012.

SIQUEIRA, M. V. S. **Gestão de Pessoas e Discurso Organizacional**. Curitiba: Juruá, 2009.

TRINDADE, W. R.; FERREIRA, M. A. **Sexualidade feminina**: questões do cotidiano das mulheres. *Texto e Contexto Enfermagem*, v. 17, p. 417-426, 2008.

VIEGAS, S. **Trabalho e vida**. In: CONFERÊNCIA PARA OS PROFISSIONAIS DO CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INPS. Belo Horizonte, 1989.

ZEFERINO, R. Feminilidade e castração: seus impasses no discurso freudiano sobre a sexualidade feminina. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 5, n. 1, p. 128-151, 2002.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

SILVA, K. A. T; ARANTES, I. C. S; MAFRA. F. C. N; CAMPOS, R. C; Trabalho, Gênero e Prostituição: Reflexões Sobre as Dimensões Obscuras do Trabalho de Mulheres Prostitutas. **Rev. FSA**, Teresina, v.18, n. 04, art. 12, p. 206-228, abr. 2021.

| Contribuição dos Autores | K. A. T. Silva | I. C. S. Arantes | F. C. N. Mafra | R. C. Campos |
|--|-----------------------|-------------------------|-----------------------|---------------------|
| 1) concepção e planejamento. | X | X | X | X |
| 2) análise e interpretação dos dados. | X | X | X | X |
| 3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo. | X | X | X | X |
| 4) participação na aprovação da versão final do manuscrito. | X | X | X | X |